

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150.789 - SP (2017/0021842-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**SUSCITANTE** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**SUSCITADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**INTERES.** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**INTERES.** : MARTHA VANICE ROSSI

**DECISÃO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, suscitante, e o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, suscitado, nos autos de Mandado de Segurança impetrado em face de autoridade do Instituto Nacional do Seguro Social.

A demanda foi proposta perante o Juízo de Direito da Terceira Vara da Comarca de Salto-SP, o qual concedeu a segurança.

Ao apreciar a Apelação e a Remessa Obrigatória, o TRF da 3ª Região declinou da competência, remetendo os autos ao tribunal suscitado (fls. 19/21e).

Remetido o feito ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, este suscita o presente Conflito Negativo de Competência, nos seguintes termos:

"Em que pese o respeitado entendimento da digna Desembargadora Federal Vera Jucovsky, tem-se que a competência para o julgamento dos recursos é do Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª região, nos termos do que dispõe o artigo 109, I, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

(...)

O requerido, ora apelante, é chefe de ente autárquico federal, sendo, assim, absoluta a competência da Justiça Federal.

A delegação de competência, prevista no artigo 109, § 3º, da Constituição Federal, permite ao segurado previdenciário que promova ação no Foro de seu domicílio, o que ocorreu no presente caso, tendo em vista ali inexistir sede da Justiça Federal. No entanto, no § 4º do mesmo dispositivo legal está previsto que o recurso cabível contra decisão proferida deverá ser dirigido ao Tribunal Regional Federal situado na área de jurisdição do magistrado de primeiro grau" (fls. 4/5e).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito para declarar competente o Juízo Federal (fls. 32/37e).

Com efeito, é jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, em se tratando de mandado de segurança impetrado contra autoridade federal – no caso

concreto, o Chefe do INSS em Salto-SP - incide o artigo 109, inciso VIII da Constituição Federal, que define a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito, mostrando-se **"despicienda a matéria tratada na impetração, a natureza do ato impugnado ou a pessoa do impetrante, porquanto o critério para fixação da competência é estabelecido em razão da função ou da categoria funcional da autoridade indicada como coatora (ratione auctoritatis)"** (STJ, CC 134.943/RS, Ministro OG FERNANDES, DJe de 16/04/2015).

No mesmo sentido confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇAS ESTADUAL E FEDERAL. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE IMPETRADA. CHEFE DA AGÊNCIA DO INSS EM SERRA/ES. RETIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CLASSIFICAÇÃO EQUIVOCADA. AUXÍLIO-DOENÇA CATALOGADO COMO ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA FEDERAL. CRITÉRIO RATIONE AUCTORITATIS. PRECEDENTES.

1. Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal da 2ª Vara Cível da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, o suscitado, e o Juízo de Direito da Vara Especializada em Acidentes de Trabalho de Vitória, o suscitante, nos autos de mandado de segurança impetrado por MZ Informática Ltda contra ato supostamente abusivo e ilegal do Chefe da Agência da Previdência Social do INSS no Município de Serra/ES, por meio do qual pretende a impetrante a retificação de ato administrativo.

2. Noticiam os autos que a autoridade coatora, erroneamente, indicou no ato administrativo impugnado a ocorrência de acidente de trabalho (Código 91) como causa do afastamento do empregado Marcos Rodrigues Martins, embora a licença, na verdade, tenha se dado em razão de doença (Código 31), o que gerou consequências previdenciárias mais gravosas para o empregador.

3. Embora a discussão tangencie o tema afeto à concessão de benefício previdenciário, a competência interna, por força do que dispõe o art. 9º, § 1º, II, do Regimento do STJ, é da Primeira Seção, pois o que pretende a impetrante é a anulação de ato administrativo, com retificação do registro do benefício concedido a seu empregado de acidente de trabalho (Código 91) para auxílio doença (Código 31).

**4. A competência para o julgamento de mandado de segurança é estabelecida em razão da função ou da categoria funcional da autoridade indicada como coatora (ratione auctoritatis), sendo irrelevante a matéria tratada na impetração, a natureza do ato impugnado ou a pessoa do impetrante. Precedentes.**

**5. No caso, a autoridade indigitada coatora é o Chefe da Agência**

da Previdência Social no Município de Serra/ES, autoridade pública federal vinculada ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.

Tratando-se de autoridade federal, a competência para julgamento do feito é da Justiça Federal de Primeira Instância, ainda que a matéria possa, de algum modo, tangenciar o tema relativo à concessão do benefício de acidente de trabalho.

6. Ainda que assim não fora, não se trata, na espécie, de demanda acidentária, mas de mandado de segurança que visa a retificação de um ato administrativo.

7. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 2ª Vara Cível da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, o suscitado" (STJ, CC 111.123/ES, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 22/11/2010).

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE DESEMBARGADOR DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INGRESSO DE AUTARQUIA FEDERAL NA LIDE, NA CONDIÇÃO DE ASSISTENTE DO IMPETRANTE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Conflito de competência entre o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, referente à ação mandamental impetrada pela Empresa de Revitalização do Porto de Manaus S/A contra ato de Desembargador do TJAM. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) requereu sua integração na lide, na condição de assistente do impetrante.

**2. A jurisprudência das 1ª, 2ª e 3ª Seções do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacífico no sentido de que em sede de mandado de segurança a competência é definida pela natureza da autoridade coatora, e não em razão da pessoa do impetrante ou da matéria apreciada no mandamus.**

3. Conflito conhecido para se declarar competente o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, o suscitado" (STJ, CC 47.219/AM, Rel. Min. José Delgado, Primeira Seção, DJ de 03/04/2006)

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA GERENTE EXECUTIVA DO INSS. AÇÃO ACIDENTÁRIA. PREVALÊNCIA DA COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PESSOA. PRECEDENTES. COMPETÊNCIA FEDERAL.

1. A controvérsia trazida no presente conflito é sobre a prevalência, ou não, em sede de mandado de segurança, da competência em razão da pessoa quando há outro juízo competente em razão da matéria.

2. A regra de competência para julgamento de mandado de

segurança é definida em função do foro da autoridade coatora, conforme decisões reiteradas desta Corte.

**3. É forçoso o reconhecimento da competência da Justiça Federal para o julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato da Gerente Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social de Curitiba, pois esta é qualificada como autoridade federal nos termos do art. 2º da Lei nº 1.533/51.**

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da Vara Previdenciária de Curitiba, o suscitado" (STJ, CC 69.016/PR, de minha relatoria, Terceira Seção, DJ de 26/03/2007).

Nesse mesmo sentido, a decisão monocrática: CC 154.911/RJ, Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 13/12/2017.

Ante o exposto, conheço do Conflito para declarar competente o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, ora suscitado.

Comunique-se, com cópia desta decisão, aos Juízos suscitante e suscitado, bem como ao Ministério Público Federal, o resultado do presente julgamento.

I.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora